

DE COMTE A BAUMAN: algumas aproximações entre os conceitos de geração e identidade

Sandro Faccin Bortolazzo¹

Resumo

Registrado sob o referencial teórico dos Estudos Culturais, o presente artigo explora o conceito de geração, tentando aproximá-lo das questões identitárias. De Comte à Bauman, ambos os conceitos – geração e identidade – têm sido proeminentes no campo da sociologia. No entanto, seria possível tratar as gerações como universais, quer dizer, como entidades que configuram uma época? Propondo responder, esta investigação contemplou dois movimentos: apresentação de um panorama sobre o uso e a apropriação do conceito de geração; uma discussão a partir das aproximações entre geração e identidade, indicando não apenas os marcadores das diferenças de classes, gêneros ou faixa etárias, mas também aqueles culturais.

Palavras-chave: Geração. Identidade. Estudos Culturais.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

**SINCE COMTE TO BAUMAN:
some links between the concepts of generation and identity.**

Abstract

Registered under the theoretical framework of Cultural Studies, this article explores the generation concept, approaching it to identities issues. From Comte to Bauman, both concepts – generation and identity – have been prominent in the field of sociology. Nevertheless, would be possible to treat generations as universal, that is, as entities that configure an epoch? Proposing to respond, this research included two movements: a historical overview presentation from the use and appropriation of generation concept; a discussion from the approaches between generation and identity, indicating not only the marker of class distinctions, genders or age groups, but also those cultural.

Keywords: Generation. Identity. Cultural Studies.

Introdução

[...] tornou-se visível e até evidente que (pelo menos desde o início da modernidade e por toda a sua duração) as classes de idade que chegavam ao mundo em diferentes etapas do processo de contínua transformação apresentavam uma tendência a *diferir* profundamente no modo de avaliar as condições de vida que *compartilhavam*. As crianças em geral nascem num mundo muito diferente daquele da infância de seus pais, e que estes aprenderam e se acostumaram a ver como padrão de “normalidade”; os filhos jamais poderão visitar esse mundo que deixou de existir com a juventude dos pais [grifos do autor] (BAUMAN, 2011, p. 19).

Que elementos permitem classificar como *geração* um conjunto da população? Biologicamente, estaria o fenômeno geracional baseado no ano ou década de nascimento em comum de uma determinada população, ou se encontraria ele vinculado a eventos e manifestações completamente aleatórias e sem intervalos regulares? Seria possível tratar as gerações ao longo da história como universais, quer dizer, como entidades que configuram uma época e uma sociedade? Serviria o conceito de *geração* para identificar relações parciais comuns e delimitadas a específicos grupos sociais?

O conceito de *geração* tem sido utilizado de inúmeras maneiras e nos mais diversos campos do saber. Um dos significados mais aceitos

é, sem dúvida, aquele que relaciona *geração* à idade biológica, ou seja, o período de sucessão entre descendentes em linha reta (avós, pais, filhos, netos, bisnetos, e assim por diante). Do ponto de vista biológico e genealógico, uma das formas de contar a história da humanidade também vem sendo narrada a partir do fluxo contínuo e constante entre nascimentos e mortes sucessivas de milhões de pessoas. Assim, neste artigo, pretende-se apresentar um panorama histórico sobre o uso e a apropriação do conceito de *geração* nas análises sociológicas ao longo do século XX. Logo depois, discute-se a produtividade do conceito no campo das análises culturais, tentando aproximá-lo às questões identitárias.

É importante ainda salientar que este texto é parte da tese de doutorado do autor (BORTOLAZZO, 2015) que procurou mostrar a produção de uma Geração Digital a partir da interlocução entre narrativas acadêmicas e midiáticas. A tese também discutiu as condições culturais que têm permitido atrelar crianças e jovens a um rótulo geracional específico e sinalizou um denominador comum balizado pela conexão desses sujeitos com artefatos eletrônicos digitais, a exemplo de computadores e telefones celulares. Assim, parte da discussão da tese concentrou-se em explicar as condições de emergência do conceito de *geração*.

As distintas trajetórias do conceito de *geração*

A associação entre *geração* e sucessão de tempo biológico não é apenas uma proposição socialmente construída, aceita e, então, naturalizada. De fato, essa tem sido a concepção vinculada à tradição clássica encontrada no Velho Testamento (Gênesis) e igualmente localizada na poesia e historiografia Grega². De acordo com Jaeger (1985), foi Auguste Comte, entre 1830 e 1840, o primeiro a desenvolver um estudo científico sobre o conceito de *geração*. A primeira acepção do termo apresentada por Comte e ligada ao positivismo identificava o tempo como objetivamente mensurável. Nas palavras de Jaeger (1985, p.275),

Comte examinou sistematicamente a sucessão das gerações como a força motriz no progresso histórico. Ele acreditava que o ritmo desse progresso é determinado pelo ritmo da mudança geracional. O progresso social só existe, de acordo com Comte, na medida em que se baseia na morte, como o renovador eterno da sociedade humana³.

² De acordo com o Dicionário de Termos Literários (2004), o vocábulo *geração* é proveniente do século XII, mas a ideia contida nele remonta à história pré-cristã. Assim como os Latinos que dividiam o século em três gerações, procedem também os gregos Heródoto, Hesíodo e a própria Bíblia. Depois de esquecido durante alguns séculos, a discussão sobre as gerações voltou a ocorrer no século XIX (MOISÉS, 2004).

³ Todas as notas em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor no corpo do texto. O autor possui domínio na língua inglesa, mas não é um falante nativo. Portanto, as traduções estão sujeitas à interpretação do próprio autor e são passíveis de contestação. No original: *Comte examined systematically the succession of generations as the moving force in historical progress. He believed that the tempo of this progress is determined by the tempo of generational change. Social progress exists only, according to Comte, insofar as it is based on death, as the eternal renewer of human society* (JAEGER, 1985, p.275).

Feixa e Leccardi (2010) desenvolveram um trabalho histórico sobre o conceito de *geração*, focado, principalmente, nas teorias da juventude. Para os pesquisadores, no entendimento de Comte, o ritmo das gerações era calculado simplesmente a partir da “medição do tempo médio necessário para que uma *geração* seja substituída – na vida pública – por uma nova” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.187). Na perspectiva de Comte, a duração de uma *geração* seria de 30 anos, espaço de tempo no qual o pai vê seu filho capaz de reproduzir, quer dizer, o menino chega à puberdade aos treze, quatorze anos, idade em que pode considerar-se fértil. Aquele que o produziu, vindo ao mundo ao fim de nove meses, pode, por sua vez, em seu décimo quinto ano de vida, ter reproduzido um ser “igual” a ele mesmo. Aproximadamente 30 anos era a média de tempo que se estimava para calcular a idade de formação entre uma *geração* e outra. Essa tem sido a noção clássica do conceito de *geração*, em que o progresso é visto como o resultado equilibrado entre as mudanças produzidas pela nova *geração* e certa estabilidade mantida pelas gerações mais antigas. Esse tipo de posicionamento fez com que a abordagem de Comte fosse reconhecida como um trabalho histórico de continuidade.

De acordo com o *Dicionário de Termos Literários* (2004), na Alemanha do século XVIII, resalta-se também Wilhelm Dilthey, primeiro pensador que introduziu um conceito histórico de *geração*, desenvolvido

em *Acerca do Estudo da História das Ciências do Homem, da Sociedade e do Estado* (1875). A abordagem inspirada em Dilthey é analisada sob um ponto de vista historicista a partir da conexão entre os ritmos da história e os ritmos das gerações. Para esse autor a *geração* exige uma análise do tempo de experiências medido exclusivamente em termos qualitativos e “baseada em uma temporalidade concreta, constituída de acontecimentos e experiências compartilhadas” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.188). Em uma clássica expressão de Dilthey, ele vai dizer que “aqueles que recebem as mesmas impressões durante seus anos de formação formam uma geração” (JAEGER, 1985, p.276).

No entanto, os debates acerca do conceito de *geração* passaram a ganhar notoriedade nas primeiras décadas do século XX. Jaeger (1985) caracteriza dois períodos de intenso interesse acadêmico na questão geracional. No primeiro, entre 1920-1933, os intelectuais alemães e franceses eram mais proeminentes, produzindo trabalhos teóricos sobre o conceito⁴. No segundo, pós Segunda Guerra Mundial, as pesquisas de origem norte-americana se mostravam dominantes. Com o desenvolvimento dessa última, o interesse muda claramente de foco – das questões mais teóricas para as pesquisas de caráter empírico.

⁴ Na França, uma série de estudiosos se dedicou à questão geracional como François Moret (*Les générations sociales*, 1920) e Albert Thibaudet (*Réflexion sur la littérature*, 1938). Mas é na Alemanha que os estudos alcançaram uma maior dimensão com Wilhelm Pinder (*O Problema das Gerações na História da Arte Europeia*, 1926) e Karl Mannheim (*O Problema das Gerações*, 1927) (MOISÉS, 2004).

A atualidade do conceito em muito se deve ao pensamento de Mannheim quando da publicação do artigo *O Problema das Gerações*⁵. Para Weller (2010), quando Mannheim desenvolveu uma teoria das gerações, ele teve um duplo objetivo: distanciar-se do positivismo, bem como da perspectiva histórica.

Os positivistas - dentre outros o autor cita Hume, Comte, Cournot, Dromel e Mentré - optaram por analisar o problema do “ser-humano” (Mensch-Seins) a partir da captação de dados quantitativos, enquanto a corrente histórico-romântica priorizava a abordagem qualitativa. Mannheim critica especialmente a posição de Comte, que associava a lentidão do progresso da humanidade à limitação orgânica, ou seja, ao tempo médio de duração de uma geração em torno de 30 anos [grifos do autor] (WELLER, 2010, p.207).

Os positivistas apostavam no determinante biológico para esboçar ou mesmo traçar uma lei que marcasse o ritmo da história. Mannheim acabou, de alguma forma, desprezando a categoria idade⁶ e considerou o termo *geração* associado à própria dinâmica das transformações sociais. Por isso, segundo Mannheim (1982), as gerações podem ser consideradas resultados de muitas discontinuidades produzidas exatamente por mudanças

⁵ A versão original data de 1928. Utilizo a versão traduzida de 1982. MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982 p. 67-95.

⁶ Mannheim utiliza a expressão *grupos de idade* e vai relatar que quando se vincula o pertencimento de uma *geração* a partir de um mesmo ano de nascimento, se está associando uma forma específica de viver e de pensar, um tipo de modalidade de intervenção no processo histórico.

históricas e sociais. Em outras palavras, o que o autor argumenta é que o que forma uma *geração* não é a data de nascimento em comum, mas o processo histórico que uma parcela da população compartilha (FEIXA e LECCARDI, 2010).

Uma análise a partir do ensaio de Mannheim⁷ mostra claramente que o contraste teórico na discussão sobre as gerações não está entre os que acreditam ou negam a existência de um determinado “ritmo” das gerações, mas entre os que tentam derivar o surgimento das gerações de eventos históricos e sociais e aqueles que afirmam que essa derivação não é possível. Mannheim (1982) chama a atenção para o fato de que o pertencimento a uma determinada *geração* não pode ser deduzido imediatamente das estruturas biológicas. Segundo Weller (2010, p.212), citando Mannheim, a posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico seria a “potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante”.

⁷ Mannheim vai definir *geração* em vários momentos do seu ensaio e traz para a análise outros conceitos como *conexão geracional*, *unidade geracional* e *vínculo geracional*. Mesmo com um acento histórico, a simples presença dos sujeitos em um dado momento histórico-social não é determinante para desenvolver perspectivas semelhantes entre indivíduos de idades próximas. Segundo Mannheim (1982), é preciso existir uma *conexão geracional* entre os membros, ou seja, um determinado tipo de participação ou prática coletiva que possa produzir esse *vínculo geracional* a partir da reflexão sobre os mesmos eventos ou acontecimentos em comum.

Aproximações entre Geração e Identidade

Na mesma esteira conceitual exposta por Mannheim, as contribuições de Philip Abrams oferecem outra perspectiva para pensar o conceito de *geração*. Segundo Feixa e Leccardi (2010), esse autor amplia a noção histórica e social produzida por Mannheim e relaciona o termo *geração* à questão identitária, entendida aqui como o resultado do entrelaçamento das histórias social e individual. “O ponto de partida de Abrams foi sua convicção de que a individualidade e a sociedade são construções históricas. Seria, portanto, necessário, analisar suas interconexões e, simultaneamente, suas mudanças ao longo do tempo” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 190). Assim, é possível falar que novas gerações criam outras identidades e que as gerações “não surgem da cadência temporal estabelecida por uma sucessão de gerações biológicas. Em outras palavras: não há padronização do tempo para medir ou prognosticar seu ritmo” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191). Uma *geração* pode sim ser compreendida num período de 10 anos, por exemplo, mas também cessa quando novos e grandes eventos históricos, ou melhor, quando processos econômicos e de natureza cultural tornam o sistema anterior e todas as experiências relacionadas a ele sem significado. Para Abrams,

Geração é o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida, e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191).

Por sua vez, devido à ampla utilização, o termo identidade tem sido empregado como um conceito guarda-chuva, aberto a diversos campos do saber e a múltiplos significados. Por isso, também é um conceito/ferramenta escorregadio e tensionado em demasia. Um dos paradoxos do próprio conceito é inerente à palavra, ou seja, a raiz latina *idem* que significa “o mesmo”, e também as apropriações que se fazem do termo implicam tanto semelhança quanto diferença. Por um lado identidade pode ser pensada como algo único, pessoal, de cada um de nós, e que assumimos de forma mais ou menos consistente. Por outro lado, a identidade também sugere relação com um grupo coletivo ou social mais amplo. Quando se comentam aspectos sobre identidade nacional, identidade cultural ou identidade de gênero, por exemplo, estamos fazendo alusão, em parte, a alguma coisa que nós compartilhamos e com a qual nos identificamos (ou não) diante ou com outros sujeitos.

Há uma preocupação explícita na contemporaneidade com as questões que dizem respeito à (s) identidade (s). De acordo com o sociólogo Zygmunt Bauman (2005), esse novo destaque concedido à identidade é reflexo de certa urgência e problemática veementes. A globalização, o declínio dos Estados Nacionais e a decadência do Estado de bem-estar social, o aumento da mobilidade social, a maior flexibilidade nos empregos e a insegurança nas relações sociais contribuíram para o desenvolvimento de estados de permanente fragmentação, angústia e incerteza. Os lugares

tradicionalmente investidos de sentimentos de pertença como a família, a igreja e a vizinhança, acabaram sendo colocados à prova e “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p.33). Como muitos autores contemporâneos, Bauman (2005) enfatiza a fluidez da identidade, enxergando-a como infinita e incansavelmente negociável.

Para se reportar ao momento da história em que vivemos, Modernidade Líquida é o conceito utilizado por Bauman (2001). Essa analogia, segundo o autor, vale igualmente para a identidade, que se resume a uma “busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme” (BAUMAN, 2001, p.97). Ou seja, “diferentemente dos sólidos, (os líquidos) não mantêm sua forma com facilidade”: antes, eles “não fixam o espaço nem prendem o tempo” (BAUMAN, 2001, p. 8). Assim, sobre os fluidos, é preciso compreender que sua característica elementar reside na mobilidade, de modo que fixá-los e descrevê-los é apenas um movimento momentâneo e efêmero.

Concordo com Bauman (2005), quando da entrevista concedida a Benedetto Vecchi sobre o tema da identidade:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são

garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” [grifos do autor] (BAUMAN, 2005, p. 17).

Os habitantes do líquido mundo moderno buscam construir e manter as referências comunais das identidades em movimento — lutando para juntar-se aos grupos igualmente móveis e velozes, e tentar manterem-se vivos por um momento, mas não por muito tempo (BAUMAN, 2005).

Stuart Hall (2004), na obra intitulada *Identidade Cultural na pós-modernidade*, faz uma triagem mostrando alguns entendimentos do termo identidade: o sujeito do iluminismo – caracterizado como aquele centrado, unificado e dotado de razão – o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Com relação à concepção sociológica,

a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que os mundos oferecem [grifos do autor] (HALL, 2004, p.11).

O autor trabalha com a ideia de que o sujeito pós-moderno, por sua vez, não apresenta mais uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ele vai assumindo identidades diferentes em distintos momentos da sua vida. Na mesma vertente, uma das metáforas utilizadas por Bauman (2005) com relação à identidade está atrelada à composição de um quebra-cabeça. No entanto, trata-se de um quebra-cabeça incompleto, em que faltam muitas peças e jamais saberemos quantas. No processo de montagem, seria necessário escolher as peças e colocá-las no local adequado. O trabalho de construção identitária, analisado sob a analogia do quebra-cabeça, não pode ser direcionado a um determinado fim tais quais os quebra-cabeças comprados nas lojas de brinquedos, mas aos meios, ou seja, são processos contínuos, nunca prontos.

Uma aproximação entre os conceitos de *geração* e identidade é aludida por June Edmunds e Bryan Turner (2002) a partir da obra *Generations, Culture and Society* (ainda sem tradução no Brasil). Eles definem *geração* como “um grupo etário que vem assumir importância social em virtude de se constituir como uma identidade cultural” (EDMUNDS e TURNER, 2002, p.7). Discorrendo segundo essa perspectiva, a formação das gerações pode ser pensada tanto a partir de seu caráter histórico quanto cultural e, como sugerem os autores, qualquer processo de definição geracional é atravessado por questões culturais, quer dizer, trata-se antes das formas como

os membros de uma determinada *geração* se organizam, se constituem e se enxergam como detentores de certa identidade compartilhada. Da mesma maneira, as gerações não podem ser analisadas exclusivamente pela simples passagem do tempo. Isso porque os próprios integrantes acabam produzindo a si mesmos – com seus iguais e, presumivelmente, com os não integrantes também.

O borramento das fronteiras: considerações

Variados são os modos de discorrer acerca da formação de uma *geração*. Ela pode ser pensada em face do seu caráter histórico, segundo o determinante biológico ou mesmo ao abrigo das questões culturais e identitárias. Mesmo assim, como os limites entre uma *geração* e outra poderiam ser estabelecidos? Esse tipo de questionamento está, muitas vezes, no centro das controvérsias acadêmicas sobre a natureza das variações geracionais e também têm ecoado no campo da sociologia da criança e da juventude.

O conceito de *geração* não está desvinculado das divisões repetidas vezes marcadas nas pesquisas sociológicas, e que se arriscam a definir o que são crianças, qual a delimitação entre infância e juventude e quando um sujeito jovem pode ser considerado adulto. Essas aferições acarretam uma série de discordâncias quanto aos parâmetros históricos e biológicos

que balizam os sujeitos como crianças ou como jovens. Pode-se inferir que as categorias “crianças” e “jovens” são parte de uma construção em contextos sociais específicos. Por isso, inicialmente, chama-se atenção para a dificuldade em organizá-las a partir de um único recorte etário.

O conceito de juventude, por exemplo, é discutido por diversos pesquisadores. Utiliza-se aqui de acordo com Dayrell (2003), quando afirma que a juventude não pode mais ser analisada segundo critérios rígidos, como uma etapa com fim predeterminado. Na visão de Dayrell (2003), a juventude é parte de uma condição social, mas também fruto de representação e, por isso, também tem sido muito variada a maneira como cada sociedade e como cada grupo social lida com os jovens. A premissa vale igualmente para a categoria “infância” que não pode ser determinada simplesmente pela idade biológica. Para Buckingham (2007), infância não é algo que tenha um sentido fixo. “Ao contrário, a infância é variável – histórica, cultural e socialmente variável. As crianças são vistas – e veem a si mesmas – de formas muito diversas em diferentes períodos históricos, em diferentes culturas e em diferentes grupos sociais” (*idem*, p.10). Além disso, tanto os significados de infância quanto os de juventude estão sujeitos a constantes lutas e negociações que se espalham no debate político e acadêmico, nas publicações midiáticas, entre outros meios.

Não se está querendo sugerir que os indivíduos biológicos

a quem podemos coletivamente concordar em chamar de “crianças” de algum modo não existam, ou não possam ser descritos. O que se pretende é dizer que tais definições coletivas são o resultado de processos sociais e discursivos. Há nisso certo grau de circularidade. As crianças são definidas como uma categoria particular, com características e limitações particulares, tanto por si mesmas como pelos outros – pais, professores, pesquisadores, políticos, planejadores, agências de bem-estar social e (claro) os meios de comunicação. Essas definições são codificadas em leis e políticas; e se materializam em formas particulares de práticas sociais e institucionais, que por sua vez ajudam a produzir as formas de comportamento vistas como tipicamente “infantis” – ao mesmo tempo em que geram formas de resistência a elas [grifos do autor] (BUCKINGHAM, 2007, p.10).

A escola, por exemplo, tem sido uma instituição que efetivamente produz e constrói significados sobre o que é ou deveria ser uma criança ou um jovem. E mais, limita o que é ser uma criança (ou jovem) de determinada idade. Quando se separam os sujeitos escolares por séries ou mesmo a forma como se organiza o currículo escolar e os processos de avaliação, todos servem para reforçar alguns pressupostos que vão descrever como são e como devem ser as crianças e os jovens.

Distintas organizações defendem a utilização de faixas etárias fixas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define jovens aqueles

entre 10 e 19 anos e a UNESCO classifica como jovens os que estão entre 16 e 25 anos de idade, sendo encaixados na categoria de criança aquelas abaixo da idade mínima mencionada para os jovens. Contudo, sabe-se que a própria noção de infância e de juventude é polissêmica, e num contexto circulado por comunicações midiáticas massivas de grande alcance e poder, esses conceitos se dilatam, tornando difícil estabelecer faixas etárias que possam definitivamente classificar os sujeitos.

Embora muitas agências governamentais advoguem a utilização de demarcações etárias definidas, as pesquisas de caráter sociológico reclamam flexibilidade. Isso porque, além das categorias hoje serem mais elásticas e não darem conta de explicar alguns fenômenos do cotidiano, é preciso também levar em consideração as transformações mais recentes nas experiências dos sujeitos. Isso sem contar que em certos contextos climáticos, por exemplo, têm repercussões culturais que produzem, inclusive, condições biológicas distintas daquelas de outras geografias. Contudo, não se está assumindo que os sujeitos a que chamamos de crianças e jovens simplesmente desapareceram, mas a ideia de infância e juventude e de todos os pensamentos, experiências e emoções vinculados a elas já não podem ser dados como estáveis.

De outra forma, o conceito de *geração* recupera espaço nas análises sociológicas contemporâneas que indicam não apenas os marcadores das diferenças de classes, gêneros ou faixas etárias, mas também aqueles culturais. Longe de responder a um conceito estático e fixo, considera-se o termo *geração* assim como identidade categorias que assumem distintas formas e significados. Bauman (2011) tem afirmado que as classificações são improdutivas para explicar um mundo transformado pela ótica capitalista que segue sempre e constantemente amparada por uma cultura tecnológica. Com relação às gerações, o autor argumenta:

Nenhum ser humano é exatamente igual a outro – e isso se aplica tanto aos jovens quanto aos velhos. Contudo, é possível notar que, em determinadas categorias de seres humanos, algumas características ou atributos tendem a aparecer com maior frequência que em outras. É essa “condensação relativa” de traços característicos que nos permite falar, em primeiro lugar, em “categorias”, sejam elas nações, classes, gêneros ou gerações. Ao fazê-lo, ignoramos temporariamente a multiplicidade de características que faz de cada um de seus integrantes uma entidade única e irrepetível, diferente de todas as outras, um ser que se destaca de todos os demais membros da “mesma categoria” [grifos do autor] (BAUMAN, 2011, p.58).

Como quer que se compreendam crianças e jovens, hoje têm sido cada vez mais problemático definir e demarcar suas fronteiras. Por isso,

propõe-se pensar crianças e jovens como um conjunto que está sujeito a negociações constantes e que, por vezes, pode assumir aquilo que não é, ou seja, adulto. Portanto, o termo *geração* pode ser utilizado para balizar um conjunto da população que compartilha características comuns e que essas mesmas particularidades estão muito menos ligadas a territórios, tradições, classes sociais, tempo histórico ou espaços geográficos (mesmo que estejam lá a todo o momento sinalizando as fronteiras e contando o tempo). Parte considerável dessas transformações se dá, na perspectiva de Bauman (2005), quando a vida social passa a ser cercada pelo mercado globalizado de imagens, produtos, estilos, modas, pelos sonhos e desejos materiais atravessados igualmente pelas ações midiáticas e por todos os sistemas comunicacionais.

A estrutura da sociedade que os sujeitos encontram ao chegar ao mundo é que confere, de alguma maneira, certos traços comuns a uma parcela da população. Em uma conferência pronunciada em 2007 (Barcelona), Bauman comentou os escritos de Ortega y Gasset sobre gerações e mencionou que “a principal contribuição do filósofo espanhol não se constituiu na ideia de ‘sucessão’ entre gerações, mas de ‘coincidência’ e ‘sobreposição’, isto é, da coexistência parcial entre gerações” [grifos dos autores] (BAUMAN *in* FEIXA e LECCARDI, 2010, p.186). Bauman (2007) apontou que o termo *geração* é uma expressão performativa – que inventa uma entidade para

nomeá-la. Seja qual for a importância que se atribua ao tema, a noção de *geração* pode levar a deduções deterministas de que elas – as gerações – se sucederiam de forma linear no curso da história, como se os grupos se encadeassem num trajeto quase que inflexível e estanque, em que uma *geração* seguiria matematicamente a outra. Pelo contrário, em um lapso de tempo (seja ele qual for) convivem sujeitos de todas as idades e, por assim dizer, também de variadas gerações.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. Between us, the generations, in J. Larrosa (ed), *On generations. On coexistence between generations*. Barcelona: Fundació Viure Conviure, p. 365-376, 2007.

_____. *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. *Narrativas acadêmicas e midiáticas produzindo uma Geração Digital*. Porto Alegre, 2015. 206 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na Era das Mídias Eletrônicas*. Trad. Gilka Girardello e Isabel Orofino. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: n. 24, 2003, p. 40 – 53.

EDMUNDS, June; TURNER, Bryan S. *Generations, culture and society*. Philadelphia: Open University Press, 2002.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre a juventude. *Sociedade & Estado*, Brasília, Vol.25 n°2, mai - ago 2010.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz. T. Da Silva e Guacira Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2004.

JAEGER, Hans. Generations in History: Reflections on a Controversial Concept. In: *History and Theory*. 1985. Vol.24, nº3, p.273-292.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982 p. 67-95.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

SUBCULTURA *Punk*. Disponível no em:< <http://tribosurbanas.blogs.sapo.pt/1186.html> > Acesso em: 17 jan. 2014.

THOMPSON, Kenneth. Estudos culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa M. H (org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre os estudos culturais em educação*. Canoas: ULBRA, 2005.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Dossiê: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Revista Sociedade e Estado*. Vol.25, nº 2, Brasília Maio/Ago. 2010, p. 205- 224.

WELLER, Wivian; MOTTA, Alda Britto da. Apresentação. Dossiê: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 25, nº 2, Brasília Maio/Ago. 2010, p. 175- 184.

